

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Genilson Ferreira da Silva
E-mail: gensil.uneb@gmail.com
Instituição: Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Submetido: 19/07/2022

Aprovado: 26/09/2022

Publicado: 27/04/2023

 10.20396/rho.v23i00.8670426

e-Location: e023003

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

SILVA, G. F. da; DUTRA JÚNIOR, W.; SANTOS, W. da S. A Escola sem Partido: decifra-me ou devoro-te. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2023. DOI:

10.20396/rho.v23i00.8670426.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670426>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



A ESCOLA SEM PARTIDO: DECIFRAME OU DEVORO-TE

  **Genilson Ferreira da Silva***
Universidade do Estado da Bahia

  **Wagnervalter Dutra Júnior****
Universidade do Estado da Bahia

  **Wilson da Silva Santos*****
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Pretendemos analisar neste artigo, em nossa história do tempo presente, o Movimento Escola sem Partido (ESP), como sendo um fenômeno político advindo da experiência de recrudescimento de valores ultraconservadores, alimentado pela não punição dos principais agentes que sustentaram a ditadura civil militar por longos vinte e um anos. Para um maior entendimento do Movimento ESP, procuramos analisá-lo à luz do conceito de Estado Capitalista conservador e autoritário, de elementos neoliberais, dialogando, principalmente, com Nicos Poulantzas (2000, 2021) e Antônio Gramsci (1999, 2000). Nessa mesma direção de compreensão da ESP, preocupamo-nos em buscar a origem desse fenômeno e mostrar suas conexões com organismos conservadores e autoritários, e também com intelectuais, educadores, políticos e jornalistas que fazem eco com o reacionarismo. Atentamos, ainda, com o fito de melhor dissecar a ESP, para um entendimento dos aspectos atinentes ao conceito de Ideologia e Educação, evocando Marilena Chauí (2014), Theodor Adorno (2021), entre outros teóricos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Escola sem Partido. Conservadorismo. Estado autoritário.

THE SCHOOL WITHOUT PARTY: DECIPHER ME OR I WILL DEVOUR YOU**Abstract**

We intend to analyze in this article, in our history of the present time, the School without Party, as a political phenomenon arising from the experience of resurgence of ultraconservative values, fed by the non-punishment of the main agents that sustained the civil military dictatorship for a long twenty-one years. years old. For a better understanding of the ESP Movement, we tried to analyze it in the light of the concept of a conservative and authoritarian Capitalist State, with neoliberal elements, dialoguing, mainly, with Nicos Poulantzas (2000, 2021) and Antônio Gramsci (1999, 2000). In the same direction of understanding ESP, we are concerned to seek the origin of this phenomenon and show its connections with conservative and authoritarian bodies, as well as with intellectuals, educators, politicians and journalists who echo reactionaryism. We also tried to better dissect ESP, for an understanding of the aspects related to the concept of Ideology and Education, evoking Marilena Chauí (2014), Theodor Adorno (2021), among other theorists.

Keywords: Education. School without Party. Conservatism. Authoritarian state.

LA ESCUELA SIN PARTIDO: DESCIFRAME O TE DEVORO**Resumen**

Pretendemos analizar en este artículo, en nuestra historia de la actualidad, la Escola sem Partido, como un fenómeno político surgido de la experiencia de resurgimiento de los valores ultraconservadores, alimentados por el no castigo de los principales agentes que sustentaron las fuerzas civiles militares. dictadura durante unos largos veintiún años. Para una mejor comprensión del Movimiento ESP, tratamos de analizarlo a la luz del concepto de Estado Capitalista conservador y autoritario, con elementos neoliberales, dialogando, principalmente, con Nicos Poulantzas (2000, 2021) y Antônio Gramsci (1999, 2000). En la misma dirección de entender la ESP, nos preocupa buscar el origen de este fenómeno y mostrar sus conexiones con organismos conservadores y autoritarios, así como con intelectuales, educadores, políticos y periodistas que se hacen eco del reaccionarismo. También tratamos de diseccionar mejor la ESP, para una comprensión de los aspectos relacionados con el concepto de Ideología y Educación, evocando a Marilena Chauí (2014), Theodor Adorno (2021), entre otros teóricos.

Palabras clave: Educación. Escuela sin Partido. Conservatismo. Estado autoritario.

INTRODUÇÃO

O presente texto analisa um fenômeno social dentro de nossa História recente, comumente chamado de Movimento Escola sem Partido - ESP. Criado no início da primeira década do século XXI, o mencionado movimento deve ser entendido como os desdobramentos de um período nebuloso de nossa história, a Ditadura Militar, quando o Estado que sobrepujou a sua tessitura autoritária, muito por conta, em seu processo de esgotamento, nos anos de 1980, das forças políticas só terem se preocupado com a “redemocratização”, sem colocar no mesmo pacote de transformação histórica, a exigência, como fizeram nossos vizinhos sul-americanos, de punição para todos aqueles que compactuaram com o regime ditatorial. (MOTTA, 2013). Ademais, o Movimento Escola sem Partido está emaranhado nas reorientações propostas para o capitalismo sob a égide das prerrogativas do centralismo autoritário, estruturadas ao longo das décadas do século XX, nos países em que o nazifascismo sedimentou o seu *modus operandi* na política, na cultura e na economia.

Nossas considerações sobre o tema, evidentemente, pautar-se-ão em questões históricas e sociológicas para refletir sobre o tempo presente. Por isso, propomos, para um maior entendimento sobre o fenômeno do Movimento Escola sem Partido - ESP, uma reflexão assim dividida: em primeiro lugar, uma discussão sobre o que vem a ser um Estado centralista autoritário, de modo a expor um arcabouço que fundamenta o tecido social em seu fenômeno calcado nas relações e luta de classes; depois, a construção de um breve histórico sobre como surge a ESP e quem está por trás dela, apontando suas conexões com esse Estado centralista autoritário e, mais recente, com seu entrelaçamento com o Instituto Millenium, o Movimento Brasil Livre – MBL e o programa **Todos Pela Educação**. Em segundo lugar, a exposição sobre a relação da ESP com as prerrogativas propostas para a educação ao longo da Ditadura Militar através dos Decretos de Lei como o 869, de 12 de setembro de 1969; o nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971; o nº 869, de 12 de setembro de 1969; e o nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. A terceira parte da reflexão contextualiza a ESP no âmbito da dimensão ideológica, situada a partir da crise estrutural do capital e da resignação a-histórica levada a cabo pelo pós-modernismo em sua ânsia de decretar alguns fins (fim da história, fim da ideologia, fim das classes, etc.).

REDEFINIÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA NEOLIBERAL OU O SEU ESTATISMO AUTORITÁRIO?

O capitalismo se reconfigura conjuntural e estruturalmente para lidar com suas crises econômicas e sociais e, ao fazer essa “engenharia”, ele provoca novas crises, cuja solução dá-se de maneira mais heteróclita. Em sua ossatura, nos séculos XX e XXI, o Estado se acentua em uma monopolização decorrente de sua faceta que se pode denominar de estatismo autoritário: um domínio massivo na esfera econômico-social, associado à

sistemática limitação e controle das principais instituições que asseguram a democracia representativa e, por conseguinte, a liberdade política. Trata-se de um Estado que funda em sua institucionalidade modificações autoritárias que imbricam e adensam luta de classes entre os subalternos e a burguesia em permanente desequilíbrio dentro da divisão social do trabalho e das relações de produção.

O Estado capitalista brasileiro, nos últimos 50 anos, impõe-se autocraticamente com sua força-motor, que é o estatismo autoritário, para gerir tanto a crise econômica quanto a crise política e social sob o lema do que Poulantzas chama de “[...] reforçamento-enfraquecimento do Estado.” (POULANTZAS, 2000, p. 210). A atuação do Estado, na crise econômica, não é a sua intervenção para solucioná-la, mas, paradoxalmente, uma ação que corrobora para intensificar cada vez mais essa crise; o Estado se incumbem de causar uma profunda tensão econômica que ele mesmo não consegue estancar. Em suma, essa atuação do Estado é um vetor que aumenta a instabilidade política e econômica a partir de parâmetros heterodoxos. Basta observar os indicativos inflacionários do período 2019-2021¹, o maior índice de desemprego dos últimos 20 anos, medidas econômicas pró-cíclicas, a crescente concentração do capital financeiro e a explosão intencional da dívida pública em nome de credores financistas².

Essas contradições são impostas pelos mecanismos de supra e infrapoder do Estado moderno, que asseguram todo um processo de cercanias autoritárias na sociedade civil e política; geram, assim, o estabelecimento de leis para moderar ou aplacar os conflitos sociais suscitados pelas crises econômicas e marcar uma ordem política e social através da amálgama da individualização e liberdade absoluta (diga-se: a defesa do livre mercado, da meritocracia e do idealismo moral cristão-judaico).

Este Estado apresenta uma miríade de traços autoritários que se dá numa “república democrática liberal”, como a intervenção (ora neoliberal, ora desenvolvimentista, ora neodesenvolvimentista etc.) na economia e como regulador da reprodução da dominação política e econômica das classes dominantes, dominação que se dá com o fortalecimento do executivo e seus satélites fora e dentro dos partidos políticos. Pode-se dizer que, no Brasil, historicamente, sobretudo no século XXI, o Estado de Direito Democrático Liberal comporta fortemente tendências e práticas autoritárias.

Cabe destacar que o estatismo autoritário, que se fincou no Brasil e com seus estrangulamentos mais recentes, aponta para uma estratégia institucional “preventiva e corretiva” diante de possível convulsão da ordem social e jurídica que pode colocar em desequilíbrio a hegemonia das frações da classe dominante. No entanto, esse não é o principal aparato para arrefecer um aguçamento da crise social pelo Estado oficial. As possibilidades centralistas conservadoras tornam-se uma ferramenta paralela ao Estado democrático, procedimentos bastante arquitetados para assegurar uma estrutura de estatismo autoritário. Com isso, não se mostra uma separação entre o Estado republicano liberal e suas diversas formas de tendências fascizantes. Os aparelhos ideológicos privados do Estado adquirem as suas nuances de poder formal e de poder real. Essa relação de poder age em

[...] crise parlamentar consecutiva à crise de representação partidária, e a instabilidade governamental, resultante da instabilidade e da incapacidade hegemônicas; o deslocamento dos partidos políticos pelas redes paralelas de poder, que vão dos grupos de pressão às milícias privadas; o recrudescimento do papel do “executivo” e do aparelho repressivo do Estado, e o papel importante que assume progressivamente a política; o declínio do sistema – “da ordem” – jurídica. (POULANTZAS, 2021, p. 353)

O executivo, nessa horda, se fortalece sobre o parlamento e a alta administração. A subordinação desses sob a cúpula do executivo fica no nível do mando da política governamental. No Brasil, o gabinete do ódio, por exemplo, atribui as funções dos ministérios. Essa mutação do Estado é o controle coercitivo sobre uma rede interministerial, é a dominação do executivo para estabelecer uma rede oculta cuja decisão política está no presidencialismo personalizado. Desde o orçamento secreto até os mecanismos ocultos ou segredo caracterizado como segurança de Estado são controles indispensáveis para fomentar negócios escusos no aparelho estatal, o que se pode denominar princípio de segredo. É um centro de decisão governamental que nega o controle democrático sobre os dispositivos dominantes e dirigentes do Estado. Essa concentração de poder institucionaliza todo processo econômico, político e social em sua lógica despótica. Uma forma em que “[...] o autoritarismo gera o autoritarismo, o estatismo gera o estatismo.” (POULANTZAS, 2000, p. 234).

Essa forma organizacional do Estado provoca fissuras e contradições entre as frações de classe dominante com interesses políticos e econômicos conflituosos. Reveste-se ainda com o tensionamento dos militares nos altos escalões³. Para manter certa unidade ideológica ou, melhor, para evitar uma crise ideológica no seio do Estado, a função do intelectual orgânico é fundamental, como Gramsci havia aprofundado no caderno 12, em 1932⁴. O papel da ideologia funciona como argamassa que concilia interesses dessas frações. E mais, a concepção de Estado é representada como uma entidade absoluta sobre os interesses particulares. Um Estado ético e universal em que a justiça está acima das lutas de classe e que garante os valores “pátria, família, liberdade dos cidadãos e religião”. No entanto, a indissociabilidade crise de Estado e de governo permeia todos os seus aparelhos ideológicos privados (Escola, cultura, economia, meios de comunicação, poder judiciário, exército etc.). O Estado neutro é uma quimera quando a defesa de interesses, dentro das posições da luta de classes, se intensifica numa crise política.

Esses elementos são acentuados com a permanente interferência dos militares nos núcleos importantes do governo. A concentração do poder militar no executivo, para além de uma blindagem ideológica, com seu teor de neutralidade, forja uma reinvenção de vertente autoritária entre executivo, judiciário e legislativo, que corresponde necessariamente a uma falsa separação entre exército e governo. Esse é um dos sustentáculos ideológicos do poder encastelado no executivo. A subversão do aparelho do Estado com as forças do exército, da polícia, da administração e do judiciário detém organicamente as

cúpulas do executivo. Por conseguinte, essa aparelhagem forma a tessitura dos aparelhos ideológicos privados do Estado (Sistema educacional, família, religião etc.). É o papel da ideologia como forma de interiorização da função político-organizacional neutra, “para todos”.

Entre outros fatores dessa ordem, a família, a religião e a escola são instituições do Estado no processo de direção e de consolidação conservadora e autoritária na estrutura da sociedade civil. Adorno (2021, p. 170), ao observar as visões educacionais no século XX, alerta para essas concepções “[...] como aquela pela qual as pessoas devam assumir compromissos, ou que tenham que se adaptar ao sistema dominante, ou que devam se orientar conforme valores objetivamente válidos e dogmaticamente impostos.”

Vale ressaltar que a instituição escolar, mesmo que ela possua uma relativa autonomia pedagógica, está emaranhada nas estruturas das relações de classe, vez que o sistema de ensino tem uma organização associada aos diversos interesses políticos e culturais, sobretudo os da burguesia. As relações entre escola e classes sociais se caracterizam, mormente, pela falsa percepção de imparcialidade (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Sem analisar a escola como aparelho ideológico privado do Estado, pode-se cair em uma armadilha de causalidade ou de reprodução determinista. A cultura escolar coloca a questão de relacionar o seu funcionamento com todo o aparato oligárquico burguês, de suas inculcações religiosas, culturais, do doutrinamento ideológico, do poder pedagógico e político. Essas mediações nos conferem uma análise sobre os mecanismos dos jogos funcionais e os seus esquemas de deslocamentos ideológicos que estão em disputa na escola.

A educação formal, portanto, faz parte de um sistema determinante e determinado com outras instituições. Essa é a condição que a escola assinala e reconstrói o conservadorismo pedagógico em função do conservadorismo social, econômico e político, ideologicamente com uma distinção de que os interesses de um grupo particular, os mais latentes ou explícitos, diretos e indiretos, produzem uma intervenção para defender uma “ordem social”. Para tanto, não é possível interpretar o fenômeno “sistema de ensino” somente encerrado em sua realização subjetiva, mas sim, em referência a suas condições objetivas, materiais. Como Gramsci (1999) assevera: as forças materiais são o conteúdo; e as ideologias, a forma.

Essa “operação” dialética conservação/ruptura coloca em cena os intelectuais. Segundo Gramsci (1999), como já foi destacado anteriormente em nota de rodapé, a função dos intelectuais orgânicos é de dar forma e coesão a uma concepção de mundo implícita, uma unidade entre teoria e prática. O que é necessário é elaborar uma visão de mundo em que teoria e ideologia cimentem um bloco político, social e político enquanto princípio de organização e unificação das atividades dos grupos sociais que as personifiquem. Em verdade,

[...] todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2000, p. 15).

Essa estrutura de Estado pode nos lançar a questão: emancipação ou reprodução do sistema de ensino? Talvez essa seja uma pergunta crucial para entendermos o movimento Escola Sem Partido. Trata-se possivelmente de pressupostos “de imparcialidade moral” que permanece determinado em promover uma propaganda ideológica unilateral, dissuadindo qualquer prática pedagógica crítica e emancipatória.

Adorno (2021) é loquaz no que diz respeito aos termos emancipar e transformar, quando suscita as resistências que sobejam os espaços educacionais para manter o sujeito em simulacro:

Quando é grande a ânsia de transformar, a repressão se torna muito fácil; que as tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas a impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter essa impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz. (ADORNO, 2021, p. 202).

Essa assertiva adorniana talvez seja um dos motivos importantes para a discussão sobre transformação, repressão e sujeito. O problema da emancipação atualmente “[...] é se e como a gente - e quem é ‘a gente’, eis uma grande questão a mais – para enfrentá-lo.” (ADORNO, 2021, p. 199).

ESCOLA SEM PARTIDO - ESP: ORIGEM E LIGAÇÕES COM ORGANISMOS CONSERVADORES

O Movimento ESP foi criado, em 2004, por iniciativa do advogado e procurador paulista Miguel Nagib do Instituto Millenium (IMIL), quando, certa vez, a sua filha, em conversa com ele, o informou que o professor de História havia comparado Che Guevara com São Francisco, numa clara alusão às pessoas que abrem mão de uma vida comum em nome de uma causa. (LIMA; HYPÓLITO, 2020; PRIMI, 2016). Logo em seguida, em 2005, foi criado o Instituto Millenium, muito embora só tenha assumido essa denominação em 2006, oficializado no Fórum da Liberdade⁵. (MELO, 2017). Fazer a defesa de proposições autoritárias para a educação brasileira exigiu a sustentação da ESP em torno de um organismo que funcionasse como um verdadeiro partido de intelectuais, arregimentados em diversos setores da política e cultura brasileira e identificados com programas conservadores, como assevera Emiliano José (2012):

E é uma entidade com um programa nitidamente neoliberal, organizada diretamente pelos barões da velha mídia, note-se. Não se trata de intelectuais dispersos, avulsos, mas aqueles afinados com esse discurso, e recrutados diretamente pelo quartel-general midiático que dirige a organização. O Instituto Millenium conta com o que Gramsci chamaria intelectuais orgânicos da direita. O gestor do Fundo Patrimonial é ninguém menos que Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Dispõe de uma extensa rede de articulistas que, além de escrever em seu site, tem espaço constante, assegurado nos principais veículos da velha mídia: Demétrio Magnoli, Carlos Alberto Sardenberg, Ali Kamel, Roberto Da Matta e Roberto Romano são alguns dos nomes lembrados.

Não é demais observar que o Instituto Millenium, braço ideológico do Movimento Escola sem Partido, como organismo da direita, procura articular e mobilizar atores, além de produzir informação com vistas a influir na opinião pública, como também nas políticas públicas. Historicamente, essa onda conservadora e autoritária que se instala nas primeiras décadas do século XXI resulta da implantação de uma “[...] nova institucionalidade político-social-econômico-financeira [...]” orientada pelos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, cujos pilares residem na “[...] reforma do Estado, privatização generalizada (da produção, dos serviços, do espaço, da comunicação e informação, da violência, do conhecimento, dos direitos sociais subjetivos, do organismo vivo) e aceleração da rotação do capital.” (SILVEIRA, 2019, p. 17).

A respeito dos propósitos da ESP, presentes em todos os projetos de lei – PL’s, apresentados às esferas do Poder Legislativo, encontram-se: a intensa apologia ao individualismo; a postura política de considerar a existência dos socialmente marginalizados como sendo fruto dos infortúnios da vida; a tendência a ignorar as desigualdades sócio-raciais existentes no Brasil; extrema criminalização da figura do professor; organização e defesa de visão ultraconservadora e autoritária de educação, atrelada à agenda neoliberal. (PRADO, 2012).

Nessa direção, o Movimento ESP referenda e reafirma toda a agenda neoliberal se pondo em favor das privatizações, do sistema financeiro, da redução de todo e qualquer direito social e do combate a todas as políticas de ação afirmativa e de inserção, por parte do Estado, das minorias raciais e de gênero. (PRADO, 2012).

A partir de 2014, o Movimento ESP passa a utilizar o *Modus Operandi* que consiste em fazer tramitar nas diferentes esferas do Poder Legislativo (municipal, estadual e federal) PL’s que visam incluir, nas Leis sobre educação de Municípios, Estados e União, um conjunto de normas estabelecidas pelo Movimento. Abraçam as proposições da ESP agremiações como Partido Social Cristão-PSC; Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB; Partido Republicano da Ordem Social-PROS, dentre outros partidos de direita e extrema direita. Notadamente, a ESP consolida uma grande articulação com a grande imprensa que, na condição de partido político, cuidará da divulgação e defesa ideológica do referido Movimento.

Tudo indica que o primeiro Projeto de Lei - PL organizado pela ESP tenha sido apresentado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Convidado pelo então deputado estadual do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (Partido Progressista), no ano de 2014, o advogado Miguel Nagib escreveu um PL contra a doutrinação nas escolas. A partir dessa experiência política, este Projeto tornou-se modelo para outros PL's que passaram a ser apresentados nas três instâncias do Legislativo (municipal, estadual e federal), alastrando-se por todo território brasileiro. Muito embora a ESP tenha direcionado mais sua agenda para realizar denúncias contra professores de supostas doutrinações a estudantes e censurar materiais didáticos, ainda assim existem conexões com o Instituto Millenium, que pleiteia para a educação a imposição da hegemonia liberal autoritária, mercantilização e controle do conhecimento e, sobretudo, a regulamentação dos discursos pedagógicos.

Tabela 1 – Projetos de Lei apresentados pelo Movimento Escola sem Partido

Instância/Ano	2014	2015	2016	2017	
Federal	3	7	1	----	
Estadual	5	9	5	----	
Municipal	10	4	9	9	Total de Projetos apresentados
TOTAL	18	20	15	9	62

Fonte: Tabela criada pela autoria com base em Pesquisando a Escola sem Partido Wordpress (2017).

Avaliando a tabela acima, é possível ter uma compreensão da forma de agir do MSP, quanto à apresentação de PL's com o intuito de implementar uma escola conservadora e que represente aos interesses das classes dominantes. A ação da ESP denota um grau de articulação feita pelos diversos partidos políticos que se consideram como a direita autoritária brasileira. Na referida tabela, entre os anos de 2014 a 2017, foram 62 projetos apresentados, entre os legislativos municipal, estadual e federal.

Uma vez instalada a discussão no Legislativo Federal através de PL's, a agenda da ESP encontra eco nos grupos mais conservadores dentro dessa casa. No âmbito federal, por exemplo, essas ideias conservadoras são aprovadas pela bancada dos três “bês” Bala, Bíblia e Boi. (PRIMI, 2016). Além de inserção no Legislativo, o MSP, através de seu fundador, alia-se ao Movimento Brasil Livre (MBL), cuja ação foi combater as entidades mais progressistas do Movimento Estudantil. (PRIMI, 2016).

Quanto à expansão do MSP, em matéria publicada na Revista Caros Amigos, Lilian Primi (2016, p. 26) observa que “O Modelo de expansão segue o mesmo roteiro de sua gênese: são mal recebidos por todos os nichos e grupos da comunidade escolar e crescem porque se valem de estratégias questionáveis do ponto de vista ético [...]”.

Além das articulações que o MSP constrói com o Instituto Milleniun (IMIL), com Partidos Políticos de extrema direita e com Movimento Brasil Livre (MBL), é possível também estabelecer paralelos com o Organismo Todos pela Educação.

Segundo André Silva Martins (2008), em seu texto “**Todos Pela Educação**”: o projeto educacional de empresários para o Brasil do século XXI, o organismo Todos Pela Educação implica num movimento das forças do capital que visa produzir uma nova educação que tem como objetivo difundir referências simbólicas e materiais para consolidar um padrão de sociabilidade afinado com as necessidades do capitalismo contemporâneo. Suas ações visam: intervir nas organizações construídas pelos trabalhadores, fazendo com que estes tenham dificuldades de estabelecer uma compreensão crítica do capitalismo; provocar diminuição dos questionamentos por parte dos trabalhadores, na medida em que os tornam mais passivos em relação aos ditames capitalistas; estabelecer estímulos e fortalecimento à proliferação de grupos defensores de demandas que não entrem em conflito com o capitalismo, incentivando o pluralismo sem identidade de classe. Além disso, o incentivo de práticas de voluntariado (Amigo da Escola) e legitimação das empresas como socialmente responsáveis. Essas são as ações a serem observadas.

Em essência, o Todos Pela Educação funciona promovendo acordos e contratos com escolas públicas (adoção de escolas públicas), por intermédio de Fundações que distribuem material didático, bem como oferecendo programas e cursos educacionais e ou/pedagógicos. Por essa via, o Organismo Todos Pela Educação tem sob seu controle inúmeras escolas públicas, sejam municipais ou estaduais. As conexões do Todos Pela Educação com a ESP podem ser notadas através dos nomes que se encontram por trás do Instituto Millenium-IMIL, como apoiadores do Todos Pela Educação, a saber: João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, mantenedor do IMIL e um dos grandes articuladores do Todos Pela Educação; Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central; Jorge Gerdau, presidente do grupo Gerdau.

RELAÇÃO DA ESCOLA SEM PARTIDO COM A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL AUTORITÁRIA IMPOSTA DURANTE A DITADURA MILITAR

Nos anos de 1960, período em que o Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969 e o Decreto-lei 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que foram implantados, havíamos experimentado a deposição de um governo legítimo, para a imposição de uma ditadura civil-militar em nosso país. Essa imposição de uma ditadura

liga-se às pretensões das elites brasileiras em afirmar o alinhamento com os Estados Unidos da América e, conseqüentemente, a manutenção do monopólio desta nação imperialista sobre nossa economia, tomando como pretexto o combate ao comunismo. Em termos financeiros, o Brasil foi marcado por uma política fortemente intervencionista, cuja economia era bastante centralizada nas mãos do Estado, responsável pelo arrocho salarial, como forma de contenção da inflação, juntamente com o intenso endividamento da nação brasileira. Essa política econômica reflete nos anos de 1980, sobretudo nos índices altíssimos de inflação. Foram anos de perdas para as classes trabalhadoras e maior concentração de renda nas mãos das elites.

Transpomos esse período de exceção, entremeado ora por momentos de endurecimento da ditadura, ora com abrandamento dessa mesma ditadura, até atingirmos o episódio da abertura política, no final da década de 1970, para nos anos de 1980 iniciarmos o processo de redemocratização, tocado, evidentemente, dentro da ordem estabelecida pelas elites, com acomodações e acordos que redundaram na não punição dos responsáveis pelos longos vinte um anos de domínio das forças autoritária no Brasil (MOTTA, 2013), durante a vigência da ditadura-civil militar.

Inscrevem-se ainda nesta temporalidade, atinentes à nossa história do tempo presente, necessários para compreender o fenômeno Escola sem Partido, episódios que marcam o Brasil entre as décadas de 1990 e o início do século XXI. Trazendo em si continuidades e descontinuidades com as duas décadas de vigência da ditadura civil militar, o período que abarca os anos de 1990 e início dos 2000 notabiliza-se, num primeiro momento, pela adoção de políticas neoliberais demasiadamente comprometedoras (LOPES, 2016), principalmente para a implementação de políticas sociais, projeto esse tocado pela elite que conduziu o processo de redemocratização política dentro da ordem. No instante seguinte, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, mesmo reunindo interesses conservadores e progressistas, nota-se um certo esmaecimento das políticas neoliberais, com o Estado reassumindo seu papel de fomentador de desenvolvimento econômico e social. (LOPES, 2016).

Consideramos que o recrudescimento do ultraconservadorismo no Brasil no início deste século traz em si rupturas e continuidades com o período de vigência da ditadura civil-militar. Ao considerar os breves balanços sobre nossa história do tempo presente acima descritos, compreende-se que, obedecendo às injunções internacionais, o Brasil segue uma trajetória em que a economia era extraordinariamente controlada pelo Estado para atingirmos os anos de 1990 um estágio em que prevalece a ordem neoliberal.

Nessa direção, quando traçando um paralelo entre o aparecimento do fenômeno Escola sem Partido, embora este não se constitua como uma política educacional, no início do século XXI, com as proposições educacionais durante o período de manutenção da ditadura, observamos algumas continuidades como a defesa de um pensamento cristão conservador, poderoso moralismo, consideração do comunismo como um inimigo externo a ser combatido e um civismo exacerbado, tudo isso devendo ser tratado em disciplinas como

Educação Moral e Cívica. Como rupturas, é possível entender que o Movimento Escola sem Partido, ao propor um modelo de educação, através da apresentação de Projetos de Lei, se insere numa temporalidade em que há um alinhamento com as normativas neoliberais, enquanto o modelo educacional ditatorial respondia a um intenso centralismo e um estatismo totalitário. É nesta perspectiva que avaliaremos as pretensões, articulações e propostas da Escola sem Partido, compreendendo diferenças e semelhanças.

As mudanças na Legislação Educacional propostas pelo Movimento ESP visam evitar a doutrinação ideológica. Segundo os expoentes da proposta, as instituições educacionais têm sido tomadas por professores que, ao invés de educar, intencionam doutrinar os jovens para questões de natureza político-partidária, ideológica e moral. Assim, eles fundamentam propostas conservadoras e autoritárias que se aproximam muito dos decretos colocados em vigor durante a Ditadura Militar. Referimo-nos, em especial, a três deles: Decreto-Lei 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências; Decreto lei 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispoñdo sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências; e o Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia como infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular.

Para melhor apreensão acerca da relação entre os Decretos aventados e o PL da ESP, elaboramos dois quadros comparativos, nos quais procuramos demonstrar o princípio ideológico do termo “moral”, bem como a implantação de um projeto pedagógico intensamente autoritário, tanto na proposição da ESP, quanto nos Decretos impostos pelos militares durante a ditadura.

Quadro 1 – Diretrizes definidas no Decreto 477 e PL 867/2015 quanto à função do professor

(continua)

Decreto 447 de 26 fev. 1969 (Define infrações disciplinares praticadas por professores e outros profissionais da educação)	Propostas de PL do Movimento ESP a partir de 2014 (PL. 867, 215 do Dep. Izalci Lucas PSDB-DF)
Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:	Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária; II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas

Quadro 1 – Diretrizes definidas no Decreto 477 e PL 867/2015 quanto à função do professor
(conclusão)

<p>I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza.</p>	<p>convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.</p>
---	---

Fontes: Quadro criada pela autoria com base em Brasil (1969a, 2015).

No comparativo do quadro acima, é possível compreender que as proposições presentes nos PL's apresentados pelo MEP aspiram a implantação de leis autoritárias que regulem o papel do professor em sala de aula, reafirmando uma prática que já vinha acontecendo: “[...] casos de denúncias contra professores, por estarem supostamente doutrinando ou abusando da inocência dos alunos [...]”. (PRIMI, 2016, p. 26). As denúncias vazias contra professores notadamente acontecem a partir de 2004, nos governos Lula e Dilma. A esse respeito, a matéria de capa da revista Caros Amigos, de novembro de 2016, assinada por Lilian Primi, ilustra bem esses ataques ao pontuar, caso a caso, as denúncias contra professores em diversos locais do Brasil. Importa ainda observar que a explosão de tais denúncias, visando atingir docentes, em especial da Educação Básica, tem conotações políticas, vez que se colocam como uma reação a governos, tido pelo movimento, como esquerdistas.

Além de propor, em seus projetos, controle sistemático do trabalho do professor em sala de aula, como acontecera no período da Ditadura Militar em nosso país, o ESP ainda propõe intervenção nos currículos, sugerindo uma intensa “ideologização moral” das disciplinas que compõem o Currículo regular da Educação Básica. Abaixo, apresentamos um quadro em que trazemos excertos do Decreto 68.065/1971 e do PL apresentado pelo ESP.

Quadro 2 – Diretrizes da PL da ESP referenciado em decretos militares

<p>Decretos 869 (12 set. 1969) e 68.065 (14 jan. 1971) colocados em vigor durante a Ditadura</p>	<p>Propostas de PL do Movimento ESP a partir de 2014 (PL. 867, 2015 do Dep. Izalci Lucas PSDB-DF)</p>
<p>Art. 3º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições e instituições e aos grandes vultos de sua história; d) o fortalecimento da unidade nacional e o sentimento de solidariedade humana; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e de deveres dos brasileiros e o reconhecimento da organização sócio-política econômica do País. g) O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; h) O culto da obediência à Lei da fidelidade ao trabalho e na integração na comunidade. 	<p>Art. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> I- neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; II- pluralismo de ideia no ambiente acadêmico; (...) V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; (...) VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. <p>Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.</p>

Fontes: Quadro criada pela autoria com base em Brasil (1969b, 1971, 2015).

No quadro acima, vê-se que, apegando-se ao discurso da existência de professores doutrinadores na educação brasileira, o movimento ESP reedita diretrizes preconizadas pelos militares quando da implantação dos Decretos 869, de 12 de setembro de 1969 e 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Em síntese, se os militares promoveram uma regulamentação sobre o discurso pedagógico, o movimento ESP tem feito essa tentativa através dos diversos PL's que apresentam no Legislativo, em suas três Entidades Federativas. Assim como através dos Decretos levantados, buscou-se, via reforma curricular, definir o que o professor deveria ou

não fazer em sala de aula, de modo igual, as proposições presentes nos PL's apresentados pela ESP também o fazem. Ademais, o que está expresso nos PL's, apresentados pela ESP, impõem aos professores a se abster das disciplinas por eles lecionadas, de ministrarem conteúdos que estejam em conflitos com as convicções morais, ideológicas e religiosas dos alunos e de seus pais.

ESCOLA SEM PARTIDO E O 'ETERNO RETORNO PÓS-MODERNO' DO FIM: DA HISTÓRIA, DA IDEOLOGIA E DAS CLASSES SOCIAIS

Adorno (2011), em seu livro **Educação e Emancipação**, afirma que a educação é a exigência primeira para que não se repita um outro Auschwitz. Segue afirmando que o mais famoso campo de concentração nazista não foi uma ameaça de regressão à barbárie, configurou-se como *sendo* tal regressão. A barbárie segue existindo enquanto existirem, no fundamental, as condições que geram essa processualidade regressiva.

Contraditoriamente, a educação parece existir justo pelo contrário, para manter as **separações estruturantes** do sociometabolismo do capital como *corpus* ideológico que funda a naturalidade de Auschwitz em pleno século XXI, desde que ela sirva aos desígnios do movimento autovalorativo do capital, como atesta a proposta do movimento ESP, na medida em que o indivíduo isolado, da fantasia liberal-meritocrática, é o ponto de partida de uma redefinição dos termos da escola e educação públicas, tudo articulado numa condução pautada por valores judaico-cristãos. Quais as implicações imediatas dessa proposta no que tange à relação ensino-aprendizagem e ao papel da escola em partilhar o conhecimento e a cultura produzidas pela humanidade?

A decorrência mais imediata é que a *doxa* toma lugar do *logos* nas escolas, como alertaram Souza e Oliveira (2017), sinalizando ainda para o avanço do irracionalismo. A grande armadilha da Lei da Mordça – alcunha para o projeto de lei ESP – é a tentativa de incluir a *doxa* nas escolas. Destaca o artigo 4º, inciso IV, da referida lei que ao tratar de questões econômicas, políticas, socioculturais, apresentará, de forma justa, aos alunos as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. Na escola, apontam os autores, a diversidade da produção teórica já é apresentada aos alunos, contando com amplo espaço, sendo as ideias (*logos*) mais divergentes – e algumas até complementares –, no campo das inúmeras ciências ensinadas com seriedade.

Os autores do projeto de lei acreditam, conforme evidenciado em Souza e Oliveira (2017), que as convicções morais e religiosas dos pais dos alunos são hierarquicamente mais importantes que os conhecimentos científicos transmitidos pela escola, pois os conteúdos que entrarem em rota de choque com os “valores” familiares deverão ser evitados, ou, até mesmo, extirpados da sala de aula. Compromete-se a distinção entre os espaços da sociedade civil (igreja, família, ONGs, escolas, universidades etc.), com a lei, visando reproduzir na

escola as convicções individuais das famílias. Todavia, cabe questionar, quais valores e qual arquétipo de família o projeto de lei ESP faz referência?

A cruzada prega a luta moral do bem contra o mal, dos cidadãos de bem cristãos contra os comunistas e o marxismo cultural. Nesse enquadramento, os valores levados em conta são valores da religião de matriz cristã⁶ – o Deus acima de tudo, não pode ser Alá ou qualquer dos orixás –, associados, tais valores, à forma da família patriarcal e heteronormativa, mesclado ao individualismo liberal que se resolve na suposta mão invisível do mercado; esse último o regulador fundamental do templo sagrado e do templo da mercadoria, igrejas e shoppings, regendo-se a partir da regulação requerida pela forma como se redesenha a composição orgânica do capital no seio de sua crise estrutural e permanente. (MÉSZÁROS, 2002). E é no âmbito dessa crise estrutural, sobremodo em sua variante da crise das hipotecas subprime nos EUA, no ano de 2008, que se assistiu ao avanço do neoconservadorismo, articulando mundialmente iniciativas dessa natureza.

No Brasil, a herança mais direta do neoconservadorismo faz eco aos desmembramentos da política externa – e sua função ideológica – emanada de Washington D.C. Os neoconservadores da extrema direita estadunidense também requeentam as teses de um marxismo cultural – segundo os quais sustenta-se nos escritos de Gramsci e da Escola de Frankfurt – que precisa ser combatido. Mas onde encontramos os primeiros passos dessa imprecisa noção de marxismo cultural?

Costa (2020) identifica a certidão de nascimento do marxismo cultural – por vezes aparecendo como bolchevismo cultural – nas páginas do *Mein Kampf*, de Adolf Hitler. Numa série de distorções e falsificações históricas, o líder nazista associa, sem o menor critério, o marxismo ao judaísmo, apontando o primeiro como uma arma da conspiração judaica internacional, sendo a obra de Karl Marx “[...] escrita exclusivamente para os dirigentes intelectuais da máquina que os judeus montaram para a conquista do mundo.” (COSTA, 2020, p. 18).

Nos EUA, a expressão marxismo cultural data do início da década de 1990. Seus primeiros usuários são cristãos fundamentalistas, ultraconservadores e supremacistas. O movimento *Iluminismo Sombrio*, antítese assumida do Iluminismo, prega a moral vitoriana do século XIX, uma ordem tradicionalista e teocrática; declara guerra aberta a todo conhecimento científico e ao marxismo cultural. A fúria conservadora tem por objetos mais imediatos o feminismo, a igualdade racial, o multiculturalismo, os direitos LGBTQIA+ e o ambientalismo. (COSTA, 2020).

O chão do irracionalismo pós-moderno demonstra-se terreno fértil para o avanço de políticas e práticas conservadoras e reacionárias, respondendo à urgente necessidade de produzir indivíduos atomizados, isolados, partes de uma engrenagem que não pode aparecer aos seus integrantes. Quando, na esteira da crise capitalista pós-década de 1970 e da representatividade contida na queda do muro de Berlim, decretou-se a morte das chamadas

metanarrativas e o triunfo do capitalismo liberal; autores apressaram-se em dizer que a história, a ideologia e as classes sociais chegaram ao fim.

Essa atmosfera é muito bem captada por Neil Smith, citado por David Harvey (2001, p. 291) em sua **Condição Pós-Moderna**: “O Iluminismo está morto, o Marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto [...] e o autor também não se sente muito bem.” Quando a ESP faz apologia à *doxa* nas escolas, em detrimento do *logos*, como é possível encontrar os sujeitos reais que produzem o mundo concreto? Só o conhecimento, que se preocupa em ultrapassar minimamente a aparência, em buscar as conexões racionais entre as mediações da produção social, sustentado na razão (*logos*), é capaz de produzir um encontro fecundo com o lugar concreto do ser-estar no mundo e seu devir.

Mas de fato o que preconiza a agenda pós-moderna para além da negação da totalidade? O que é preconizado guarda relação com o ideário da ESP? Pode-se afirmar que a fantasia do indivíduo isolado-fragmentado-subjetivado e da relativização do conhecimento, da filosofia e da verdade, formam as bases que permitem o flerte constante da *doxa* com as formas de produção e difusão do conhecimento orientadas por alguma universalidade – como deveria ser a própria escola – agora negada. Tal impasse pode ser traduzido nos seguintes termos:

Mesmo em suas manifestações menos extremas o pós-modernismo insiste na impossibilidade de qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão ‘totalizantes’. Até mesmo uma política anticapitalista é por demais ‘totalizante’ ou ‘universalista’. Não se pode sequer dizer que o capitalismo, como sistema totalizante, exista no discurso pós-moderno – o que impossibilita a própria crítica do capitalismo. Na verdade, a ‘política’, em qualquer um dos sentidos tradicionais da palavra, ligando-se ao poder dominante de classes ou Estados e à oposição a eles, é excluída, cedendo lugar a lutas fragmentadas de ‘política de identidades’ ou mesmo ao ‘pessoal como político’. (WOOD; FOSTER, 1999, p. 13).

A materialidade discursiva resguardada nos princípios mais fundamentais do pós-modernismo, como o ceticismo epistemológico e um profundo derrotismo político (WOOD; FOSTER, 1999), encontra ecos nas personificações do capital na estrutura do Estado. Mézáros (2002), refletindo sobre a crise, resgatou as palavras que ecoavam da primeira ministra britânica Margareth Thatcher de que não há sociedade apenas indivíduos, além da resignada fórmula política aludida pelo nascente consenso neoliberal em fins da década de 1970, de que não há alternativa; o que demonstra a eficiência pós-moderna na produção discursiva do consenso e manutenção do *status quo*.

Esse ataque à totalidade, conforme Bensäid (2008, p. 87), se dá pelo fato de “[...] a categoria crucial da totalidade concreta [opor-se], assim, à lógica de atomização e de fragmentação própria da reprodução do capital.” A unidade diversa dos contrários nunca pode aparecer, a aparência pressupõe, então, uma medida que garanta as separações concretas, necessárias à reprodução do capital – meios de produção x força de trabalho e a desconexão do valor de uso do conjunto social, que é capaz de produzi-lo, os trabalhadores

–, e as separações metafísicas (aparecendo e garantido o que é visto de imediato como naturalidade / harmonia / ciclo / regulação) produzem a imanência das separações mescladas no existir cotidiano, e não mais encontradas, objetivando a síntese que partiu em pedaços (desobjetivação) a forma como o ser social experimenta a sua existência, ao menos no bojo de sua cotidianidade imediata para que a totalidade de sua organicidade permanecesse obliterada. O que seria do capital sem tais separações? A capacidade de generalização da separação que leva da inversão da aparência como essência naturalizada, do capital, ancora-se na alienação, no fetichismo da mercadoria e na ideologia.

Os sujeitos sociais, sob o mundo reificado das separações que pesam sobre si, veem sua realidade como o imediato da cotidianidade. Em sua primeira percepção, o fetichismo lhe oblitera o passo seguinte na proporção em que a alienação já o garantiu como não produtor do mundo (estranhamento).

A ideologia, conforme Chauí (2014) e Lessa (2019) representa a forma geral como os conflitos sociais resolvem-se – diluem-se – no plano das ideias e valores que circulam socialmente. Chauí (2014) evidencia que a ideologia é o exercício da dominação social e política por meio das ideias; não um ideário, mas o conjunto das ideias da classe dominante de uma sociedade que não se apresenta como tal, ocultando sua particularidade e impondo sua universalidade como valor geral para todas as classes. Um deslocamento que remete, portanto, a

[...] um conjunto de ideias ou representações com teor explicativo (ela pretende dizer o que é a realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las à divisão da sociedade em classes, determinada pelas divisões na esfera da produção econômica. Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento de uma mesma identidade social, fundada em referenciais unificadores como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação. (CHAUÍ, 2014, p. 117-118).

Por se apresentar de maneira despretensiosa, como Lessa (2019) sinaliza no texto **Escola sem partido e sociedade sem ideologias**, a respeito da maneira como os tributários do projeto ESP condenam toda ideologia, desobrigando-se de se apresentar como tal, produz o que ele chama do “[...] falso socialmente necessário [...]” (LESSA, 2019, p. 12), inscrito na materialidade concreta, circunscrita ao aparente, e que produz um efeito social prático em prol da reprodução do capital e das frações da classe dominante⁷.

Lessa (2019) ainda chama atenção para uma diferença entre neopositivistas, stalinistas e bolsonaristas, em que os dois primeiros entendem, apesar das diferenças programáticas e epistemológicas, que a ideologia deve ser combatida pela ciência; ao contrário dos últimos, para os quais a ideologia deve ser combatida pelos valores da religião e da moral conservadora e burguesa. Para eles, haveria uma “ideologia científicista”

colocando a ciência acima da fé, e ela deve ser combatida. Nada mais ideológico, vendido como algo **neutro**⁸

O projeto ESP, expressando uma articulação que reifica o fetichismo e a alienação, na medida em que impõe à escola uma perspectiva centrada no indivíduo e nos valores liberais e pós-modernos, um Robinson Crusóe na ilha deserta dos valores cristãos e familiares, passível de ser educado em casa, esconde, ideologicamente, sua apologia aos fins: da história, da ideologia, das classes sociais; entretanto, no Auschwitz, a céu aberto da pandemia do coronavírus no Brasil, que de março de 2020 a 19/06/2021, dizimou 500 mil⁹ vidas (SOARES, 2022), em razão do projeto de morte da classe trabalhadora por parte do governo federal, que clamou a economia acima da vida. Uma pergunta ainda permanece no ar, similar à inscrição nos portões da barbárie de Auschwitz: o trabalho liberta?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, no que se refere ao movimento ESP, fica patente a construção política de um processo extremo de defesa de projetos conservadores e autoritários para a sociedade brasileira, nos quais o recrudescimento de proposições, em si antidemocráticas, estruturadas por políticos, intelectuais, professores, jornalistas, juristas e empresários, que não têm receio algum de mostrar seu lado mais atroz.

O que acontece na História recente do Brasil ainda passará por análises mais acuradas em tempos vindouros. Contudo, no presente, alguns aspectos podem ser buscados para tentar responder essa onda de autoritarismo que se abate sobre o país, dentre eles, vale mencionar o fenômeno ligado ao processo de redemocratização autocrático nos anos de 1980 do século passado, quando se optou, para garantir o retorno da democracia liberal, em não punir os agentes responsáveis pela repressão e autoritarismo durante os longos vinte e um anos de vigência da Ditadura. Deu-se, em verdade, um modelo de dominação autocrático-burguês de transformação capitalista em uma estrutura de economia altamente dependente e subdesenvolvido. A transição foi uma hipertrofia com extrema concentração social de riqueza, uma forte pauperização do trabalho assalariado e um isolamento político, sociocultural e econômico das classes trabalhadoras. Sob este aspecto, o Estado democrático que se fez presente em 1980 foi um mecanismo de ditadura de classe preventiva. (FERNANDES, 2006).

Uma transição prolongada que não permitiu uma ruptura constitucional orgânica e, com isso, prevaleceu a permanência sólida dos filhotes da ditadura. A mudança social e econômica em seguida se ancora nos remanescentes da ditadura com roupagem de uma nova república. A partir de 1990, a perpetuação do mandonismo político e econômico com uma nova conciliação fossiliza com o Estado autoritário e conservador: o neoliberalismo. O desmonte do público-estatal e a força do privado com seus diversos matizes, sobretudo o processo de financeirização, é que vai ditar a ordem das instituições, principalmente a educação.

A sociabilidade que expressa na educação a batalha da *doxa* contra o *logos*, resgatada numa espécie de captura da política pelo sagrado¹⁰, sustentada em parte no crescimento da extrema direita e na ampliação do horizonte irracionalista da filosofia burguesa – ambas em um momento da totalidade da correlação de forças que a crise estrutural do capital, pós-década de 1970, manteve como chama acesa de uma chantagem ininterrupta, onde ao invés do Estado e da sociedade civil hegeliana, a sua própria mão invisível encontrando-se com a mercantilização das mãos concretas numa sociedade cuja especificidade classista a faz, diuturnamente, profundamente desigual –necessitava reiterar, com as roupagens de uma espécie de ‘nova’ acumulação *originária*, as separações fundantes do seu sociometabolismo.

Despolitizando as possibilidades da existência concreta numa bolha – essa, também, ideológica e concretamente especulativa – em que só cabem os “iguais”, o capital inaugura muitos novos “campos” como *Auschwitz*, onde esses “iguais” seguem sendo servidos no jantar da divisão social do trabalho servil em sua estrutura forma-valor. Diante disso, para rememorar Marx e Engels, na terceira das onze teses sobre Feuerbach (MARX; ENGELS, 2007, p. 533), quem vai educar o educador?

Após o resultado das eleições presidenciais do corrente ano, materializa-se uma apertada vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva, reconduzindo-o pela terceira vez ao cargo de presidente, o que não deixou de representar a esperança de novos ares e novos rumos; todavia, já na equipe de transição, fica confirmada a insistência no caminho da conciliação classista, a tal ponto que o jornalista Rodrigo Ratier (2022), em texto publicado em seu blog no site da Uol, já sinaliza no título da matéria o tamanho do desafio: “Na educação, barco da transição de Lula deriva para a direita empresarial [...]”. Inicia ressaltando as contradições da frente ampla formada ao redor da candidatura petista, questionando o quão “ampla” pode ser uma frente, para não representar algo que nos empurre para os antagonismos irreconciliáveis. E ele novamente perguntar: “[...] quais os interesses acabam prevalecendo em situações como essa?” (RATIER, 2022).

O autor ainda sinaliza que predominam nomes de confiança do coordenador desse setor da transição, Fernando Haddad, além de institutos e fundações empresariais. Por outro lado, o jornalista alerta que o setor público está subrepresentado, movimentos sociais e entidades docentes e de trabalhadores estão virtualmente ausentes. Jorge Paulo Lemann, o Itaú/Unibanco e a Natura financiam 18 dos 46 nomes divulgados (a Fundação Lemann e Todos Pela Educação possuem mais de um representante no GT).

Por trás do decifra-me ou devoro-te, qual a relação entre o(s) enigma(s) do movimento Escola Sem Partido e outros caminhos talvez nem tão enigmáticos como o da conciliação de classes? A fragata conhecida como *A Medusa* ensinou duramente a alguns marinheiros e soldados franceses do século XIX que nem todos estamos no mesmo barco, apesar de aparentemente estarmos, pois ao menor sinal de um naufrágio, embarca-se de imediato, em chalupas, os passageiros ‘de qualidade’ (nobres, burgueses em ascensão, como foi feito na embarcação referida), e as cordas, que foram amarradas na balsa – da Medusa – onde estavam aqueles soldados e marinheiros, puxada por aquelas chalupas, logo foram

cortadas. Ao cabo de treze dias, dos 149 marinheiros, soldados e oficiais que partiram na balsa imediatamente abandonada à própria sorte, apenas dez sobreviveram, encontrados ao acaso por outra embarcação enviada pelo comandante para resgatar o ouro que ficara na *Medusa* encalhada. (JAPPE, 2012). Ao seu modo, regado ao fascismo ou ao desenvolvimentismo neoliberal autoritário, com as óbvias e significativas diferenças entre ambos, seguimos pouco decifrados e muito devorados, seja nos antigos mares revoltos ou nos novos-velhos ventos que começaram a soprar desde outubro.

A politização da educação é uma necessidade contra-ideológica, na medida em que as fagulhas irracionalistas da filosofia burguesa seguem incólumes e alimentando a ideologia pós-moderna e sua implosão do sujeito no 'átomo' de si mesmo, ganhando vida e maioria na meritocracia ou no empreendedorismo, bem como retirando a política da *Pólis* e levando-a ao altar das igrejas neopentecostais ou da renovação carismática; para que o capitalismo siga sendo aquele culto não expiatório, porém culpabilizador, de que nos fala Walter Benjamin (2013). Apenas na processualidade concreta das mediações do capital, e não no Gênesis – mesmo que na fantasia bíblica já estamos condenados a comer o pão com o suor do nosso rosto – é que a verdadeira culpa, o culpado e culto ganham face, e é somente na totalidade e a partir dela que o educador poderá voltar a ser educado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- AUDITORIA CIDADÃ. Brasília, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/B6iwu>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENSÄID, D. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969a. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://bityli.com/Vank7>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://bityli.com/TIU Ao>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969b. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://bitly.com/zRAAH>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei nº 867 de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://bitly.com/8XN9w>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

COSTA, I. C. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Cadernos do Cárcere. V. 1. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais**. O princípio educativo. Jornalismo. Cadernos do Cárcere. V. 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

JAPPE, A. **Sobre a balsa da Medusa**: ensaios acerca da decomposição do capitalismo. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2012.

JOSÉ, E. Instituto Millenium, mídia e as lições da história. **Carta Capital**, 06 set. 2012. Disponível em: <https://bitly.com/X9Lwo>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LESSA, S. **Escola sem partido e sociedade sem ideologias**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

LIMA, I. G. de; HYPOLITO, Á. M. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020, Disponível em: <https://bitly.com/LvGrN>. Acesso em: 05 abr. 2022.

LOPES, H. C. Regulação no Brasil ao longo dos anos 1990 e 2000: uma exposição dos principais empecilhos e estímulos ao desenvolvimento econômico. **Revista de**

Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 1, n. 33, p. 119-131, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/m6y6I>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARTINS, A. S. “Todos Pela Educação”: o projeto educacional de empresários para o Brasil do século XXI. ANPED, 2008. Disponível em: <https://bityli.com/ZdXBW>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, D. O MBL e sua rede. **Fundação Maurício Grabois**, 9 nov. 2017. Disponível em: <https://bityli.com/vKpID>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTTA, R. P. S. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, L. A. de; MOTTA, R. P. S. (org.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 9-32.

PAI se revolta contra bloqueio que impedia seu filho de fazer cirurgia para não ficar cedo. Instagram **Midia NINJA**. Disponível em: <https://bityli.com/5tSVX>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PESQUISANDO A ESCOLA SEM PARTIDO. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pesquisandoesp.wordpress.com/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**: a III internacional face ao fascismo. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PRADO, D. Instituto Millenium: a verdadeira face que a direita oculta. **Revista Caros Amigos**, n. 185, ago. 2012.

PRIMI, L. Ataque à Inteligência. **Revista Caros Amigos**, n. 236, p. 24-28, nov. 2016.

RATIER, R. **Na educação, barco da transição de Lula deriva para a direita empresarial**. Disponível em: <https://bityli.com/8qrP8>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVEIRA, Z. S. Onda conservadora: o emergente movimento Escola sem Partido. In: BATISTA, E. L.; ORSO, P. J.; LUCENA, C. (org.). **Escola sem Partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2019.

SOARES. L. 500 mil mortes da covid: como o Brasil chegou a esse ponto? Disponível em: <https://olhardigital.com.br/especial/500-mil-mortes-covid/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SOUZA, R. de F. e; OLIVEIRA, T. F. de. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017. p. 121-131.

WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI. Contato: gensil.uneb@gmail.com

** Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI. Contato: wagnervalter@yahoo.com.br

*** Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade de Campinas. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI. Contato: wisanvc@yahoo.com.br

COMO CITAR ABNT:

SILVA, G. F. da; DUTRA JÚNIOR, W.; SANTOS, W. da S. A Escola sem Partido: decifra-me ou devoro-te. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2003. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8670426. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670426>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Notas

¹ Segundo o IBGE (2021), de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, a inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 19,99%. No primeiro trimestre de 2022, os desempregados (desocupados) são 11,9 milhões no primeiro trimestre de 2022; a taxa de desemprego (desocupação), 11,1%; os desalentados, 4,6 milhões; taxa de subutilização, 23,2%.

² A organização “Auditoria Cidadã” (2022) apresenta dados da dívida pública (Juros e amortizações da dívida) que chega a 50,78% do Orçamento Federal de 2021, que equivale a R\$1,96 trilhão.

³ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA apresentou, em maio de 2022, uma nota técnica de 65 páginas, como publicação preliminar, sobre a presença de militares em cargos e funções comissionados no Executivo Federal. Segundo a autora da nota, Flávia de Holanda Schmidt, “[...] a partir de um conjunto de dados produzido no escopo do *Atlas do Estado Brasileiro*, são apresentadas estatísticas descritivas que permitem, de forma inédita, até onde foi possível ter conhecimento, observar longitudinalmente a trajetória da presença desse grupo especial de servidores na ocupação de cargos no Executivo Federal, entre os anos de 2013 e 2021. Constatou-se que a presença agregada de militares em cargos e funções comissionadas teve trajetória de aumento de 59% no período analisado, tanto pelo aumento do número de cargos e funções militares em si como pelo aumento da presença de militares em cargos e funções civis. Considerados apenas estes, o número de militares nesses postos aumentou 193% no período analisado.” (IPEA, p. 02, 2022). É um indício considerável a presença dos militares no governo como mecanismo de aparelhamento do Estado, que demonstra uma militarização verticalizada da política.

⁴ Para Gramsci (2000), a função do intelectual orgânico é construir a relação entre teoria e práticas ideológicas. É desenvolver um processo de inter-relação contínua e dialética entre teoria e ideologia, tornando a prática mais homogênea e coesa na sociedade civil e política; uma concepção

de mundo implicitamente arraigada na economia, no direito, nas artes, na educação etc. Esta visão de mundo cimenta um bloco social e político com o objetivo de manter a sociedade unificada.

⁵ Conferência conservadora anual sobre economia e política, organizada pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE) desde o ano de 1988 em Porto Alegre. Sua 19ª edição ocorreu entre os dias 03 e 04 de abril de 2006, com o tema “O Poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos?”. Ver texto de Flávio Henrique Calheiros Casimiro, intitulado **O Fórum da Liberdade e a Ascensão da Extrema Direita no Brasil Contemporâneo**.

⁶ “Entretanto, o problema central é que alguns setores da sociedade querem se intrometer na autonomia escolar e no exercício da docência, confundem a educação formal com a informal e, o mais grave, pretendem imiscuir a ideologia religiosa no ambiente escolar que, por princípio constitucional, é laico. Buscam a todo custo impedir que a escola discuta as questões de gênero, cujo objetivo central é esclarecer que determinadas práticas sexuais não são doentias e que o conceito de pecado é relativo. A questão de gênero possui desdobramentos que ultrapassam o mero comportamento sexual dos indivíduos, pois tangencia direitos tais como o casamento entre homossexuais e que famílias assim constituídas possam adotar crianças – direitos que não constam no Decálogo de Moisés. Tudo isso é muito inovador e se choca contra valores que estão no único livro no qual os defensores do projeto se baseiam para fundamentar suas ideias anticientíficas - o verdadeiro fundamento da intolerância e da homofobia como a ‘cura gay’, por exemplo. A direita saiu do armário, literalmente. Presenciamos o avanço do irracionalismo na educação.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2017, p. 125).

⁷ Mas há constatações que brotam da vida cotidiana e que, por necessidades coletivas, assumem a aparência de uma verdade que – mesmo que sejam absolutamente falsas – leva massas inteiras de seres humanos a se comportarem de uma determinada maneira. Isto é o “[...] falso socialmente necessário.” (LESSA, 2019, p. 12). O nazismo é um claro exemplo de um “[...] falso socialmente necessário [...]”: uma ideia absurda levou milhões a morrerem nos campos de batalha da Segunda Grande Guerra para impor a supremacia da raça ariana!” (LESSA, 2019, p. 12).

⁸ Tal como jamais houve na história uma sociedade que não produzisse algum conhecimento científico e alguma religião (ainda que suas formas tenham variado enormemente), também não pode haver uma sociedade sem ideologias. A sociedade sempre produz conflitos – e os seres humanos apenas podem enfrentá-los pensando sobre eles. Do pensamento (o que fazer para resolver este ou aquele conflito?) nascem as ideologias. Não há sociedade sem ideologias! O discurso contra as ideologias dos bolsonaristas nada mais é que outra ideologia! Mas isso não é surpreendente, pois eles não têm ideia do que é ideologia. A única coisa que sabem é que têm de tachar tudo o que não concordam como ideologia, para considerar correto e verdadeiro aquilo que eles não podem demonstrar ser correto e verdadeiro. Sem argumentos, só lhes resta desprestigiar as ideias com as quais não concordam e empregar a força do Estado para impor o que afirmam ser verdade. Para eles o que se contraporía às ideologias seria... a fé! A fé em Deus, a fé no Poder Divino. Sem Deus e seu Poder (tudo com letra maiúscula) não haveria salvação – nem para as pessoas, nem para o país. Por isso, ‘Deus acima de todos’.” (LESSA, 2019, p. 24).

⁹ Se considerarmos o tempo em que durou o campo de concentração de Auschwitz, que se manteve ativo de maio de 1940 a janeiro de 1945, e, segundo levantamentos oficiais dizimou algo em torno de 1 a 1,3 milhão de vidas, em um ano e três meses da pandemia a negligência consciente do projeto proto-fascista de Jair Bolsonaro matou proporcionalmente muito mais (500 mil pessoas). Cabe uma provocação: A educação/ideologia existe para que Auschwitz se repita à luz do dia e nos torne cúmplices desavisados dessa tragédia, dessa barbárie?

¹⁰ “Quando a política está em baixa, os deuses estão em alta. Quando o profano recua, o sagrado tem sua revanche. Quando a história se arrasta, a Eternidade levanta voo. Quando não se querem mais povos e classes, restam tribos, etnias, massas e maltas anômicas. No entanto, seria errôneo acreditar que essa volta da chama religiosa seria particularidade dos bárbaros acampados sob a muralha do Império. O discurso dos dominantes não é menos teológico, como mostra o *revival* de seitas de todos os gêneros nos próprios Estados Unidos. Quando George Bush, no dia seguinte ao 11 de se-

tembro, falou de ‘cruzada’ contra o terrorismo, não se tratava de um lapso infeliz. Quando se pretende conduzir não mais uma guerra de interesses contra um inimigo com o qual será preciso acabar negociando, mas uma guerra do Bem absoluto contra o Mal absoluto (com o qual se diz que não se pode negociar), trata-se de uma guerra santa, de religião ou de ‘civilização’. E quando o adversário é apresentado como uma encarnação de Satã, não é de espantar que ele seja desumanizado e bestializado, como em Guantánamo ou em Abu Ghraib.” (BENSAÏD, 2008, p. 15-16). Ou mesmo no Brasil, como acontece em um vídeo, divulgado pela rede social do Mídia Ninja, quando um pai, na BR 163, cidade de Sorriso no Mato Grosso, ao tentar passar em um dos muitos bloqueios que os bolsonaristas fizeram nas estradas do país – com a óbvia conivência das polícias e forças armadas – , angustiado pela urgência de pegar o ônibus para levar o filho para fazer uma cirurgia oftalmológica já marcada em um hospital de Cuiabá, sob o risco de que seu filho venha perder a visão, além de ser impedido de seguir viagem, o fazendo perder conseqüentemente o horário do ônibus e a cirurgia do filho, ainda escuta de apoiadores do presidente-genocida as seguintes frases, “[...] aqui não vai passar [...]” e que “[...] fique cego [...]”. (PAI..., 2022). Portanto, choca-se mais uma vez o ovo da serpente.